

Sobre o sentido da nação, da raça e os novos desafios com a chegada dos negros às universidades públicas brasileiras

Ari Lima¹

Michael Banton (1977) observa que até o século XIX, “raça” tinha uma conotação confusa, ambígua e se referia, na Europa ocidental, a linhagens, culturas, mitos de origem, pureza de sangue, caráter, ou moralidade de povos europeus que em variados momentos históricos estiveram em situação de conflito e disputa política, econômica e/ou de território enquanto se tornavam reinos, nações, estados. Deste modo, afirma Banton, ao longo da história, “raça” serviu para distinguir e qualificar relações de diferentes grupos “raciais” ou de um mesmo grupo “racial” separado por fronteiras étnicas. A doutrina dos tipos raciais humanos naturais e permanentes, de fato, só foi sistematizada na segunda metade do século XIX, quando então se introduziu o estudo das relações raciais, porque embora a tipologia racial “fosse uma teoria sobre a raça, sustentava que a natureza das raças determinava as relações entre elas” (BANTON, 1977, p. 15). Desde então, ganhou notoriedade e legitimação na Europa, nos Estados Unidos e, por extensão, no Brasil.

A Segunda Grande Guerra mundial, como sabemos, gerou um trauma no mundo por conta das tragédias suscitadas em nome da hierarquia e pureza racial. Desde então, estabeleceu-se o consenso entre os cientistas sociais de que raça não possui evidência científica, que diferenças fenotípicas, étnicas ou genéticas são insuficientes para justificar a distinção e hierarquização de “naturezas raciais”. Neste sentido, orientado pelo Franz Fanon, de *Peles Negras, Máscaras Brancas* (1983), e o Antonio Sérgio Guimarães, de *Racismo e Anti-Racismo no Brasil* (1999), utilizo o conceito de “raça” considerando sua vigência histórica, sua determinação pela divisão social do trabalho, do pensamento, do poder político e econômico. É uma idéia política transversalizada por questões de gênero, sexualidade, origem territorial e nacionalidade, interceptada por um *continuum* de cor e fenotipia.

A categoria racial “mulato” está entre aquelas que evidenciam a noção de “raça” aqui proposta. Aliás, em *Sobrados e Mucambos* (2000/1936), Gilberto Freyre dedica todo um longo e sugestivo capítulo à descrição psicológica e sociológica do “mulato”. Neste capítulo, argumenta como o “mulato”, filho de fidalgo do qual herdou a mão pequena, o pé bonito, os lábios ou o nariz, muitas vezes bacharel formado na Europa, voltava ao Brasil, colonial e escravocrata, descontraído e desconsolado com o ambiente provinciano, iletrado e sexualmente exagerado. Culto, civilizado, polido, o “mulato do litoral” representava a ruptura com o mundo rural da casa-grande e da senzala, o compromisso com um mundo urbano, europeizado, moderno e higienizado. Engajava-se no

¹ Prof. Adjunto do Depto. de Educação do Campus II e Prof. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

projeto de elaboração de uma cultura literária, de reflexão e reforma sócio-política do Brasil. Era o idealista que pregava a independência de Portugal, assim como era o poeta que em versos transmutava-se em pastor louro, melancólico e enojado com o meio social brasileiro.

Este que Gilberto Freyre pôde evidenciar, representar e nomear empiricamente como “mulato” constitui, portanto, o *mulatismo*, ao modo daquilo que Edward Said chamou de “orientalismo” (1996), ou seja, uma prática discursiva organizada sobre o Outro não-branco. Said chama de “orientalismo” o lugar ocupado pelo Oriente na experiência ocidental européia. Fato geopolítico, histórico e cultural, o Oriente funciona, argumenta o autor, como contra-imagem, contra-idéia e contra-personalidade do Ocidente, é parte integrante da civilização e cultura *materiais* da Europa, expressa e representa seu papel de Outro através de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina, burocracias e estilos coloniais.

Por sua vez, o *mulatismo* no Brasil, ao mesmo tempo em que é um fato empírico, um fato histórico e cultural, é, sobretudo, como o orientalismo, uma representação exterior, um discurso de poder sobre aquele transformado em Outro, é contra-imagem, contra-idéia e contra-personalidade do branco português e do negro africano. É parte integrante e definidora de um caráter nacional, mas representa um papel nas instituições, burocracias, ocupa um lugar no vocabulário, na imagística e estilo do Brasil ex-colônia. Gilberto Freyre seria o guardião e difusor-mor desta doutrina através da sua pioneira e irreverente argumentação sobre a miscigenação e hibridez cultural do Brasil.

Tal como a categoria racial “mulato”, a categoria “negro” é também um produto das relações raciais forjadas no passado. No Brasil, sabe-se que no passado colonial e escravocrata seu uso atribuía um valor negativo e estigmatizante àquele designado como tal. Mais tarde, sobretudo a partir do final da primeira metade do século XX, esta categoria de classificação racial passa a ser utilizada (v. SANTOS, 2007), pela “Imprensa Negra” e instituições negras, a exemplo da Frente Negra Brasileira (1931) e do Teatro Experimental do Negro (1944), no sentido de aglutinar e homogeneizar a referência aos descendentes de ex-escravos africanos, vítimas do racismo e da desigualdade racial. Algumas décadas depois, com a emergência do Movimento Negro Unificado (MNU) esta mesma categoria racial, “negro”, tem seu uso intensificado através de uma ação política que pretendia contestar o sistema racial brasileiro e sua ideologia da mestiçagem, denunciar o racismo e afirmar positivamente as várias representações associadas ao termo “negro”.

Portanto, a categoria “negro”, por um lado, enfatiza uma idéia projetada pelo branco que naturaliza, racializa e desistoriciza o processo social ao qual estiveram submetidos africanos e seus descendentes, assim como evidencia uma história de subordinação, aparente passividade cultural, des-substancialização e estetização da diferença representada pelo corpo negro. Por outro lado, aponta para uma atitude negra de agência de seu próprio destino, do significado do seu corpo e ação social desde um signo anteriormente reconhecido. Nas últimas décadas, esta categoria positivada

pelo Movimento Negro ao agregar várias outras categorias raciais provenientes do cruzamento interracial, tornou-se de uso corrente entre especialistas que estudam as relações raciais no Brasil, nos meios de comunicação e no discurso de diversos setores da sociedade brasileira. Seu uso, mais do que descrever a aparência fenotípica dos indivíduos, remete a uma posição de sujeito político consciente da condição negra no Brasil.

No contexto nacional pós Durban, o debate em torno das diretrizes da Lei 10.639, que prevê a introdução do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, assim como o debate sobre ações afirmativas para negros e índios nas universidades públicas contribuiu para que, paralelo ao uso da categoria “negro”, se destacasse a categoria racial “afro-descendente”. Tal categoria racial é normalmente usada como termo de classificação equivalente ou sinônimo do termo “negro”. Do meu ponto de vista, a categoria “afro-descendente” pode ser utilizada em um sentido analítico e político que evita as dificuldades que seu uso generalizado tem trazido. Por um lado, ao usar a categoria “afro-descendente” enfatiza a crítica à negação do “negro” como cidadão brasileiro pleno, sua própria agência que articula resistência à inferiorização, ao apagamento da memória africana e à sua anulação como sujeito social na história. Postulo também, neste caso, uma nova identidade afro-diaspórica e transnacional. Além disso, restringindo-me ao contexto nacional reconheço a “afro-descendência” ou o “afro-descendente” como uma categoria que aponta para a ancestralidade africana, para o compartilhamento de valores e referências culturais afro-brasileiros e não para a identidade racial do “negro” vítima do racismo e da desigualdade racial. Ou seja, se no Brasil todos ou quase todos podem reivindicar “afro-descendência” nem todos que o fazem podem se classificar ou são classificados como “negros” assim como muitos destes não são vítimas da desigualdade racial e do racismo como são os “negros” (v. IPEA et alli, 2008).

Enfim, acredito que distinguir as conotações e conseqüências do uso sinônimo de categorias raciais distintas, favorece a demarcação de situações em que sujeitos “afro-descendentes” não são classificados nem se classificam como “negros”, assim como não se alinham com um movimento anti-racista afro-diaspórico, e ao contrário, ratificam o discurso do *mulatismo*, ou seja, o apagamento da diferença racial pela “meta-raça” e/ou a idéia do “mulato” como uma contra-imagem, um contra-discurso, uma contra-personalidade do branco senhor e do negro escravo.

Diante disto, parece-me que o debate sobre relações raciais, racismo e desigualdades raciais não pode negligenciar o dado da “raça” como um conceito sociológico e seus revezes históricos. Assim como, em relação a programas de ações afirmativas para aqueles excluídos por conta da identidade racial há sempre que se considerar como as diversas categorias raciais, pertinentes ao quadro das relações raciais brasileiras, falam sobre a “raça” mais sinalizam

diferentemente a exclusão e vitimização racial uma vez que vão estar combinadas ou interceptadas pela fenotipia, pelo gênero, pela classe, pela sexualidade, pela origem nacional e regional.

A partir deste ponto, pretendo refletir brevemente sobre o significado de uma nova geração de “negros intelectuais” que chega à universidade pública no contexto de implantação de programas de ações afirmativas para negros nas universidades públicas. Neste caso, mudo de posição e me apresento como docente do Departamento de Educação, do Campus II da UNEB. É deste lugar que reconheço o aluno negro cotista, este que acredito constituirá uma nova geração de “negros intelectuais” (SANTOS, 2007).

Os cotistas do Campus II da UNEB são jovens negros de classe baixa oriundos do sistema de ensino público. Estes estudantes costumam descrever o ensino público pré-universitário como ultrapassado, fomentador inclusive da auto-exclusão em virtude da precariedade dos instrumentos didático-pedagógicos disponíveis, da ausência freqüente de professores ou da presença de professores descompromissados ou desmotivados que não apresentam todo o conteúdo previsto para as disciplinas. Neste contexto, até o final do ciclo pré-universitário, muitos estudantes evadem ou elaboram outros projetos de vida que os deslocam para sempre da universidade. Portanto, os cotistas, oriundos deste contexto adverso, são estudantes movidos pela esperança de chegar às universidades públicas. Neste caso, quase sempre estiveram sob a influência de um pai, mãe, parente, amigo ou professor diferenciado que alimentou este sentimento. Deste modo, os cotistas indicam terem sido os alunos mais dedicados, privilegiados por uma vontade pessoal de auto-superação e atentos às possibilidades de corrigir com a ajuda de terceiros ou por conta própria as deficiências do ensino público. Enfim, o esforço pessoal, o encontro com professores ou com uma escola pública diferenciada em relação à precariedade do sistema público de ensino, o apoio familiar e a expectativa de avançar em relação ao patamar sócio-econômico da família são grandes aliados para o ingresso na universidade pública.

Outro aspecto diferenciado é que os cotistas se apresentam minimamente informados sobre a desigualdade racial constitutiva da sociedade brasileira e certos de que os negros independentemente de qualificação e suporte material costumam ser preteridos em função da aparência e da estigmatização racial. Ou seja, os cotistas se apresentam predispostos à crítica racial. Acredito que esta predisposição seja um efeito mais ou menos direto da atitude contestatória das diversas organizações negras, da compreensão incipiente de trajetórias pessoais como racializadas e da visibilidade social e midiática que, nos últimos anos, alcançaram o discurso e a figura de personalidades negras. Num primeiro momento em que se traz a discussão sobre relações raciais e cultura negra em sala de aula também os alunos cotistas esboçam uma atitude reativa e de desconforto. Compreendo esta atitude como autodefesa em relação à potencial acusação de auto-vitimização ou insegurança inicial diante de um potencial fracasso tributável a condição de negro

cotista. Num segundo momento, mais à vontade com o ponto de vista posicionado em que apresento tais questões, certos de que é possível falar sem procuração, os cotistas disparam uma avalanche de relatos de discriminação e preconceito racial dos quais foram vítimas antes de ingressarem na universidade. Mais tarde, relatam comentários e atitudes discriminatórias e preconceituosas de outros professores em sala de aula. Neste ponto, ao mesmo tempo em que asseguram um ponto de vista anti-racista e a autocompreensão como vítimas do racismo, os cotistas e não cotistas começam a elaborar uma reflexão e crítica mais sofisticada sobre as relações raciais. A meu ver, isto se expressa inclusive em um processo de alteração da aparência.

Ao longo da convivência no campus, os cotistas recodificam seus corpos negros. A mudança mais importante se dá no modo de usar os cabelos crespos. Vários rapazes deixam de raspá-los ou apenas usá-los rente ao couro cabeludo. Trançam, cultivam “dread locks” ou “cabelo black”. As meninas alternam trançados mais elaborados com ou sem complementos de fibras sintéticas. Do mesmo modo, deixam os cabelos soltos ou parcialmente presos através de adereços de muito bom gosto como lenços, toucas e passadeiras. A postura do corpo muda completamente. Locomovam-se mais altivos e relaxados com sua própria aparência negra. Aliás, o fato de eu mesmo alterar várias vezes o modo de apresentar meus cabelos crespos, me possibilitou em algumas situações ser motivo de comentário ou interlocutor em conversas sobre como tratar ou alterar a aparência dos cabelos.

Ao contrário do que se poderia imaginar em um momento inicial, os cotistas costumam também ter um comportamento pró-ativo. Propõem o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão relacionadas à questão racial, assim como o ousado cruzamento de racismo e homofobia, questionando práticas e discursos homofóbicos do negro ou da militância negra ou questionando práticas e discursos racistas do homossexual e da militância homossexual.

Por fim, acredito que há uma forte indicação que teremos no futuro próximo uma nova geração de “negros intelectuais” capazes de forjar uma linguagem científica útil para pensar sobre situações em que o racismo para muitos - aqueles que estão em situação de distanciamento e privilégio, sejam brancos ou raros negros - não se manifesta não se revela. Do mesmo modo, esta linguagem poderá ser muito eficaz para combater o racismo constitutivo da universidade pública brasileira e promover de fato a equidade racial. Deste modo, explicaremos melhor a sociedade brasileira e contribuiremos, de fato, para a correção de injustiças e desumanização provocadas pelo racismo no Brasil. Por fim, a presença negra nas universidades públicas nos coloca diante de um desafio ético, teórico e político que a uns aparece como ameaça a privilégios e posições de poder, a outros como uma perspectiva de renovação do pensamento e maior correspondência entre a realidade social cotidiana e o cotidiano da academia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.

FANON, Frantz . *Peles Negras. Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. *Retrato das desigualdades de raça e gênero*. Brasília, setembro de 2008.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Sales Augusto dos. *A Formação do Mercado de Trabalho Livre em São Paulo: Tensões Raciais e Marginalização Social*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

_____. *Movimentos negos, educação e ações afirmativas*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília, Brasília, 2007.